

Plano de Actividades 2011

Introdução

As actividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação têm como referência a sua missão consultiva, instituída no quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, e a Lei Orgânica (Decreto-lei nº 241/96, de 17 de Dezembro) que enquadra o seu modo de funcionamento, e como objectivo promover a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na análise e apreciação da política educativa, com vista à formação de consensos em matéria de Educação.

Enquanto órgão independente, o CNE adopta uma postura de acompanhamento, de reflexão e de debate sobre os desenvolvimentos operados nas diferentes áreas do sistema educativo, gerando contributos para a sua melhoria, por iniciativa própria e por solicitação do Governo ou da Assembleia da República.

Ao definir a actividade a desenvolver em 2011, o Conselho terá em linha de conta a presente situação educativa nacional, as prioridades definidas pelo Governo nas GOP (2010-2013) e o “Quadro Estratégico para Educação e Formação 2020”, acordado no âmbito da União Europeia. É neste contexto que cabe ao Conselho Nacional de Educação dar o seu contributo de análise e reflexão sobre as problemáticas identificadas, suscitando o debate de ideias e a participação de todos os interessados.

Sem prejuízo das solicitações que venham a ser feitas por parte do Governo e da Assembleia da República e da actividade regular das Comissões Especializadas Permanentes, em 2011 o CNE dará continuidade ao plano de acção plurianual iniciado no ano transacto, organizado em torno de quatro objectivos estratégicos, dando prioridade à abordagem de um conjunto de temáticas que pela sua actualidade mais se destacam no panorama da política educativa nacional.

Os objectivos estratégicos definidos são os seguintes:

1. Acompanhar o desenvolvimento da política educativa – será dada particular atenção às áreas de intervenção que se prendem com o acompanhamento das políticas nacionais decorrentes dos processos comunitários e internacionais, os percursos escolares das crianças e jovens, a organização da rede e dos recursos existentes no sistema educativo, o currículo e as condições de aprendizagem, assim como com a relação escola-família. A avaliação do sistema e das instituições, o mandato e a formação de professores serão áreas igualmente abordadas. Será dado igual destaque por parte de várias comissões ao acompanhamento da reforma em curso no ensino superior e à relação da educação com a cultura.

2. Conhecer e valorizar boas práticas ao nível da educação formal e não-formal – com este objectivo visa-se contribuir para o conhecimento da situação educativa e dos problemas existentes em matéria de formação e qualificação de jovens e adultos, designadamente através do estudo de práticas inovadoras e de experiências pedagógicas, promovendo a sua divulgação. A sinalização de boas práticas em todos os níveis de ensino deverá ser prosseguida.

3. Elaborar o relatório anual sobre O Estado da Educação – seguindo, em grande parte, o modelo estabelecido em 2010, o relatório de 2011 sobre a evolução da política educativa procura apresentar um conjunto de indicadores do desempenho em diferentes áreas do sistema educativo, dando particular relevo à temática da qualificação de jovens e adultos. Para além da análise global e de uma apreciação sectorial, o relatório proporá um conjunto de recomendações que apontem vias de solução dos problemas identificados. A análise da situação nacional será contextualizada no quadro do desenvolvimento das políticas educativas a nível internacional, nomeadamente no âmbito da UE e do Quadro Estratégico para a Educação e Formação 2020.

4. Melhorar a imagem e a ligação do CNE à sociedade – considera-se fundamental desenvolver uma estratégia de comunicação que dê maior visibilidade às actividades do Conselho e à participação das entidades nele representadas. Nesse sentido, o boletim

electrónico periódico do CNE continuará a promover o alargamento da participação dos conselheiros e aumentar a visibilidade do Conselho.

No quadro dos seminários serão promovidas, sempre que possível, exposições de *posters* referentes a projectos realizados por escolas.

5. Cooperar com outras entidades tanto a nível nacional como internacional, no âmbito de protocolos ou outros compromissos de colaboração, nomeadamente os que decorrem da participação do CNE na rede europeia de centros nacionais de educação (EUNEC).

* * *

As restrições orçamentais em curso têm repercussão na actividade do CNE, prevendo-se uma redução de custos em diversas actividades, nomeadamente na editorial, que passará a fazer-se preferencialmente em formato electrónico.

Neste quadro de actuação o Conselho distribui o seu trabalho pelas seguintes comissões: Análise Global e Acompanhamento das Políticas Educativas (1ª Comissão); Percursos Escolares e Formação Qualificante (2ª Comissão); Ensino Superior, Investigação e Desenvolvimento (3ª Comissão); Currículo, Manuais e Outros Recursos Educativos (4ª Comissão); Educação, Cultura e Sociedade (5ª Comissão).

De modo a facilitar a leitura da actividade prevista para o ano de 2011, o quadro que se segue apresenta uma descrição mais pormenorizada das áreas de intervenção e das actividades a desenvolver pelas Comissões Especializadas Permanentes e pela Comissão Coordenadora.

Actividades para 2011

Objectivos Estratégicos	Áreas de Intervenção	Temáticas	Actividades a Desenvolver em 2011	Comissão
Acompanhar o desenvolvimento da política educativa	1. Balanço da política educativa nacional	. O Estado da Educação 2011 - relatório sobre a evolução da política educativa	. Selecção de indicadores estatísticos . Análise sectorial global . Aprofundamento do tema do ano: a qualificação dos portugueses . Formulação de recomendações . Publicação de relatório	CC
	2. Políticas nacionais, iniciativas da UE e internacionais	. Cooperação no domínio da educação e formação	. Acompanhamento da participação de Portugal nos processos de cooperação europeia e no desenvolvimento do Quadro Estratégico para a Educação e Formação 2020 . Acompanhamento das iniciativas das organizações internacionais (UNESCO, OCDE, OEI, CPLP...) . Realização de um seminário sobre resultados PISA 2009	1ª
	3. Percursos escolares e oferta educativa	. A educação dos 0 aos 12 anos	. Elaboração de Recomendação sobre a educação dos 0 aos 3 anos	2ª
		. Alargamento da escolaridade obrigatória	. Realização de audições a escolas secundárias sobre a evolução das ofertas educativas.	2ª
		. Diversificação do ensino secundário e qualificação de jovens e adultos	. Acompanhamento do desenvolvimento das diferentes vias de educação e formação	2ª
	4. Rede escolar, descentralização e recursos educativos	. Ordenamento da rede e modernização do parque escolar	. Elaboração de recomendação sobre reordenamento da rede escolar	1ª
		. Transferência de competências para os municípios	. Elaboração de Recomendação sobre o papel das autarquias . Elaboração de Recomendação sobre financiamento das escolas . Audições e visitas	1ª

		. Modelos de financiamento da educação	. Recomendação/parecer sobre Financiamento do Ensino Particular e Cooperativo	
5. Currículo e condições de aprendizagem		. Conteúdos e metas de aprendizagem no currículo nacional	. Acompanhamento do projecto “Metas de Aprendizagem” . Realização de audições para acompanhamento dos trabalhos de revisão curricular e sua implementação . Acompanhamento da implementação dos novos programas de Matemática, Língua Materna e ensino experimental das Ciências	4 ^a
		. Manuais escolares e outros recursos: acesso e qualidade	. Elaboração de Parecer sobre projectos de lei relativos ao empréstimo de manuais escolares	4 ^a
6. Avaliação do sistema e das instituições		. Avaliação das escolas	. Acompanhamento do referencial de avaliação para o novo ciclo	1 ^a
		. Avaliação do sistema educativo	. Participação na estrutura orgânica do sistema de avaliação	1 ^a
7. Reformas do ensino superior		. Acesso de novos públicos	. Análise das práticas de reconhecimento de adquiridos no acesso e frequência de maiores de 23 anos	3 ^a
		. Reordenamento da rede	. Acompanhamento do processo de avaliação e acreditação de instituições e cursos . Realização de seminário sobre “Boas práticas para a criação de consórcios no ensino superior”	3 ^a
		. Aplicação do RJIES	. Acompanhamento da participação da sociedade civil no governo das instituições . Realização de estudo sobre o novo modelo de governança das instituições . Audições sobre autonomia e financiamento do ensino superior	3 ^a
8. Relação escola, família e comunidade		. Participação educativa	. Realização de audições aos diferentes parceiros e identificação de boas práticas . Seminário para apresentação de resultados do Projecto <i>Indicadores da Participação dos Pais no Ensino Obrigatório</i> (em parceria com a <i>Pro Dignitate</i>)	5 ^a CC
9. Educação e culturas		. Educação para o desenvolvimento sustentável	. Realização de um Seminário no quadro da estratégia nacional de educação para o desenvolvimento . Acompanhamento do plano de acção da estratégia nacional de educação para o desenvolvimento	5 ^a

		. Educação e redes sociais de comunicação	. Participação no GT informal sobre Educação para os <i>media</i> . . Participação no Congresso “Literacia, Media e Cidadania” . Seminário em parceria com o Alto Representante da Aliança das Civilizações	5 ^a 4 ^a
		. Promoção da cultura científica	. Acompanhamento de iniciativas da Rede de Centros Ciência Viva, universidades e instituições científicas . Audição sobre Educação para o Risco numa perspectiva global de inserção na vida activa . Elaboração de Recomendação	5 ^a
		. Educação artística e patrimonial	. Identificação de boas práticas	5 ^a
		. “Cá fora também se aprende”	. Publicação das actas das Jornadas “Cá fora também se aprende” . Elaboração de Recomendação	4 ^a e 5 ^a
Identificar e valorizar boas práticas ao nível da educação formal e não-formal	1.Contexto escolar	. Sinalização de boas práticas em todos os níveis de ensino	. Visitas a autarquias, escolas e instituições . Relato e divulgação de experiências	5 ^a
	2.Contexto associativo	Educação sénior	. Levantamento de iniciativas	5 ^a
Melhorar a imagem e ligação do CNE à sociedade	Estratégia de comunicação	. Alargar a participação dos conselheiros e aumentar a visibilidade do CNE	. Manutenção actualizada do <i>sítio CNE</i> . Produção de <i>boletim e-cne</i> . Edição de brochura institucional	CC